

COOPERATIVAS POPULARES DE RECICLAGEM: O CASO DA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE RIBEIRÃO PRETO

Daielly Melina Nassif MANTOVANI
Faculdade Metropolitanas Unidas
daimantovani@gmail.com

Maria Flávia Barbosa LEITE
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
mariaflavia_leite@yahoo.com.br

Resumo

O cooperativismo social, sob o enfoque da Economia Solidária, trata da necessidade de re-inclusão social de trabalhadores que se encontram excluídos do mercado de trabalho e da sociedade. O artigo expõe o caso da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Ribeirão Preto que, em parceria com a organização Casa das Mangueiras, procura aprimorar a condição social do catador e sua inclusão na sociedade de forma justa. Utilizou-se a abordagem da pesquisa qualitativa, no método de estudo de caso único. Os resultados demonstram que a atuação das entidades, colocando em prática os princípios do cooperativismo social, possibilita melhorias reais nas condições sociais dos catadores e na própria aceitação e reconhecimento da profissão junto à sociedade.

Palavras-chave: cooperativismo social, economia solidária, desenvolvimento local, reforma social, reciclagem.

<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea>

ABSTRACT

The social cooperatives, in view of supportive economy, are pointed as a necessity to social inclusion of many marginalized employees in the work market and society. This article presents the case of the Recycling Material Cooperative from Ribeirão Preto (Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Ribeirão Preto). The cooperative, in partner with a non-governmental organization (Casa das Mangueiras) tries to improve the social conditions of the employees and their fair social inclusion. This study used a qualitative approach and presents a single case analysis. The results show that the whole performance of these organizations, using the social cooperative principles, mutual help and training, promotes real improves in social conditions of these people and in the acceptance and recognition of their profession in society.

KEYWORDS: social cooperatives, supportive economy, local development, social reform, recycling.

1. INTRODUÇÃO

Os mercados financeiros, os sistemas de produção, os trabalhadores e consumidores formam parte de um mesmo mercado mundial, onde circulam bens, fluxos financeiros, serviços, indivíduos e populações. Neste contexto, uma grande parte da população não consegue vender sua força de trabalho para o mercado e se vê privada de todo e qualquer direito social.

Diante de tal fato, os mercados não conseguem dar suporte ao desenvolvimento dos setores populares e o Estado não consegue sustentar mesmo as questões de subsistência. Volta-se, então, a atenção para um contexto de reforma em que os setores populares passam a desenvolver iniciativas autônomas, as chamadas empresas sociais, cuja finalidade central é exercer atividades econômicas, comerciais ou não, com objetivo de satisfazer objetivos sociais e não de maximização dos lucros (SINGER, 2004). Esses objetivos sociais podem ser compreendidos como o desenvolvimento de soluções para a redução da desigualdade social, do desemprego e para a inclusão dos indivíduos marginalizados na sociedade (HIMELFARB; SCHNEIDER, 2009).

Surge, assim, o novo paradigma de organização econômica e social, conhecido com economia solidária, em que formas alternativas de organização participam ativamente dos novos meios de produção e organização do trabalho, incorporando e desenvolvendo inovações no plano social e cultural. Tais iniciativas, embora façam parte do chamado terceiro setor, são apoiadas e reconhecidas pelo poder público, por sua capacidade de potencializar os resultados de políticas públicas na área social (HIMELFARB; SCHNEIDER, 2009).

O objetivo central da economia solidária é a geração de possibilidades econômicas destinadas à reintegração dos “excluídos” pelo contexto econômico, tais como os egressos do sistema prisional, portadores de necessidades especiais e indivíduos que se encontram em extrema condição de pobreza, de forma que recobrem sua cidadania e passem a pertencer novamente ao processo de trabalho e de renda. Ao democratizar o sistema de produção, considera o ser humano em sua totalidade e atribui liberdade ao trabalhador, pelas iniciativas de autogestão e cooperação (SILVA, 2011). A economia solidária vem se estruturando através de associações e cooperativas sociais, sendo que as associações podem ser definidas como quaisquer grupos sociais unidos em torno de

uma finalidade específica e com estatuto orientado pelo Código Civil Brasileiro. O cooperativismo, por sua vez, apresenta-se como um novo instrumento da ordem social, capaz de proporcionar a geração de renda inserindo os cooperados na economia formal e transformando a postura destes diante da relação emprego-trabalho.

O presente artigo apresenta uma visão da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Ribeirão Preto como uma forma de integrar trabalhadores informais, por meio da aplicação dos conceitos de cooperativismo social, proporcionando melhores condições de trabalho, elevação da renda e integração desses cidadãos à sociedade. Dessa maneira, gera-se um espaço para o desenvolvimento do trabalho e, simultaneamente, uma forma de esses trabalhadores recobrem sua cidadania e autoestima e conquistarem um papel relevante na comunidade local. Os trabalhadores envolvidos, por meio da colaboração e da autogestão, passam a perceber a importância social e ecológica da tarefa que desempenham e conquistam um reconhecido espaço e função na sociedade em que vivem.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Solidária

A economia solidária manifesta-se sob diferentes arranjos organizacionais, construídos sobre princípios gerais que fundamentam a prática da autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral. São estratégias de dinamização do processo produtivo com vistas a promover o desenvolvimento local ou territorial sustentável, em que se privilegia o atendimento das necessidades sociais e ambientais sobre as questões econômicas, como maximização de lucros (SILVA, 2011).

A economia solidária pode ser resumida em linhas gerais como o conjunto de instituições resultantes da organização dos trabalhadores, que nelas investem suas economias, para através da auto ajuda promover o progresso social, e sua ampla participação na produção e nos frutos da atividade econômica (IRION, 1997). Assim, a pessoa humana torna-se o centro do processo de desenvolvimento; a economia solidária se preocupa primordialmente com as pessoas, sendo uma forma de economia com natureza associativa, centrada na solidariedade e democracia, no respeito à vocação da comunidade e no atendimento às necessidades daquele grupo (GONÇALVES, 2006; IRION, 1997)

Adicionalmente, Irion (1997), cita as entidades integrantes da economia solidária: cooperativas, mutualidades e demais entidades de natureza associativa. As primeiras distinguem-se das segundas pela função principal: as cooperativas são organizadas para a defesa e fomento das pessoas no presente, e as mutualidades se destinam a garantir o fomento das pessoas no futuro.

A economia solidária vem ganhando importância no mundo todo, mas com particularidades em cada país (HIMELFARB; SCHNEIDER, 2009). No Brasil, a economia solidária vem sofrendo franca expansão desde as décadas de 1980 e 1990, como resposta ao aumento do desemprego e à exploração dos trabalhadores (SILVA, 2011). A eficácia na promoção dos direitos humanos e na valorização do trabalhador fez com que as iniciativas ganhassem apoio não apenas das entidades governamentais, mas também de outras instituições civis, como universidades, igrejas e até mesmo empresas

privadas. Em 2003, com objetivo de mapear e coordenar as iniciativas nesse sentido, o governo brasileiro instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os dados mais recentes datam de 2007 e mostram a existência de 21.859 programas de economia solidária em todo o território nacional, estando 12% na região norte, 43% na região nordeste, 18% na região sudeste, 16% na região sul e 10% na região centro-oeste (SIES, 2007).

As associações representam o maior expoente da economia solidária no Brasil, com 52% dos casos cadastrados, seguidas pelos grupos informais (36%), pelas cooperativas (10%) e por entidades em outras categorias (2%) (SIES, 2007).

Em particular, o movimento cooperativista, de especial interesse a esse estudo, está ressurgindo como uma forte expressão da economia solidária. Segundo Coutinho et al. (2005), o cooperativismo, sob a ótica da economia solidária, tem se disseminado cada vez mais como uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluídas do mercado formal de trabalho e decorre de um conjunto de circunstâncias que pressionaram pela busca de saídas para a situação atual da classe trabalhadora (MARTINS, 2009; COUTINHO et al. 2005). Vale ressaltar que o cooperativismo e tampouco as demais formas de organização baseadas no princípio da economia solidária ignoram ou se contrapõem ao desenvolvimento econômico e tecnológico das nações; mas, se apropriam desse desenvolvimento para promover o desenvolvimento humano e social de forma ampla e plena, tirando comunidades de uma situação vulnerável e de risco (SILVA, 2011).

2.2 Cooperativismo

Gonçalves (2005) afirma que o cooperativismo pode ser definido como uma associação de pessoas que se unem de modo a satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Segundo Antonialli e Souki (2005), a doutrina cooperativista surgiu em 1844, com o movimento de um grupo de vinte e oito tecelões ingleses do distrito de Lancashire, os quais fundaram uma cooperativa de consumo denominada "*Rochdale Society of Equitable Pionners*", cujo objetivo era encontrar formas para melhorar sua precária situação econômica através do auxílio mútuo. Este fato simbolizou o início do movimento cooperativista que se disseminou por todo o mundo. No Brasil, o movimento cooperativista teve início no final do século XIX.

Especificamente o cooperativismo social surgiu no já no século XX (1978) na Itália, com objetivo de inserir na população economicamente ativa indivíduos com histórico de problemas psiquiátricos. O exemplo da Itália foi seguido pela França, que criou em 2001 a Sociedade Cooperativa de Interesse Comunitário e pela Inglaterra, que em 2003 instaurou a Companhia de Interesse Comunitário (HIMELFARB; SCHNEIDER, 2009).

No Brasil a lei no. 9.867 de 10/11/1999 passa a prever as Cooperativas sociais como uma nova forma de organização com objetivo de gerar oportunidades para indivíduos desfavorecidos pela ordem econômica corrente (BRASIL, 1999). Embora o movimento cooperativista tradicional, desde o século XIX, já previsse a inclusão social e a colaboração como força motriz do trabalho cooperativo a iniciativa italiana marca uma nova era ao cooperativismo, pois a partir dela, diversos países passaram a considerar as iniciativas cooperativas sociais em sua legislação (HIMELFARB; SCHNEIDER, 2009).

Um ponto importante ressaltado por Gonçalves (2006) trata do respeito à vocação econômica da comunidade local, isto é, as iniciativas sociais devem valorizar o potencial intrínseco e os talentos da comunidade. Considerando a centralidade do trabalho na vida do ser humano, essa postura atribui significado forte e identidade do indivíduo com a função exercida, o que resulta em orgulho e exaltação de seu papel como cidadão.

A Organização das Cooperativas Brasileiras do Rio de Janeiro (OCB- RJ, 2011) define os princípios do cooperativismo no Brasil como linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam seus valores à prática, os quais são:

- adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas;
- gestão democrática e livre: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática;
- participação econômica dos membros: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: 1) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; 2) benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; 3) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;
- autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa;
- educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para seu desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente, os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação;
- intercooperação: as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Destaca-se que os princípios acima citados permeiam as cooperativas tradicionais e estão no centro da missão das cooperativas sociais. Deve-se dar especial atenção ao aspecto de educação e formação do cooperado, pois dentro do princípio de valorização do ser humano, o processo educacional deve aproveitar plenamente o potencial do

indivíduo, sua inteligência e suas possibilidades, para que o conhecimento seja desenvolvido nas ações cooperativas e que estas tornem-se sustentáveis (HENDGES, 2009).

Segundo Frantz (2001), a organização da cooperação exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam argumentar e decidir. É preciso ter em mente que não são as pessoas a razão do sucesso ou fracasso das empresas cooperativas, e sim a capacidade das pessoas em cooperar entre si para construírem algo maior que suas limitações e seus sonhos individuais, afirma Gonçalves (2005).

Segundo Gary, Healy e Crofts (2003), as cooperativas são uma forma de organização social. Estas organizações se referem a um amplo conjunto de enfoques que utiliza administração perspicaz para focar os objetivos sociais. É importante que os trabalhadores sociais compreendam o significado e implicações das empresas sociais para utilizar e participar de debates sobre sua relevância na promoção do desenvolvimento individual e coletivo. Organizações sociais se referem a atividades do interesse público utilizando estratégias empresariais.

Tal definição abrange a ideia de que a administração pode ser aplicada a causas sociais objetivando transferir recursos sociais e econômicos para grupos e indivíduos marginalizados. A ação engloba amplas atividades, incluindo desenvolvimento da economia da comunidade, geração de lucro e programas de responsabilidade social. O foco central das organizações sociais é equilibrar os objetivos sociais e econômicos. Para perspectivas do trabalho social, o governo possui um importante papel no atendimento das necessidades, alocação de recursos e oferecimento de infraestrutura adequada, facilitando atividades de engajamento de interesse social no desenvolvimento.

A sobrevivência e o desenvolvimento da organização cooperativa, e sua consequente competitividade, segundo Sette, Sette e Souza (2005a), está relacionada com a competitividade de todos os cooperados, o que somente se poderá alcançar com elevações de seus conhecimentos. Para o associado de uma organização cooperativa a informação constitui-se em importante elemento ao alcance de seu efetivo posicionamento, tanto em termos de elevação de conhecimento e especialização em sua atividade, quanto de sua participação na organização de forma mais consciente e confiante.

Para Sette, Sette e Souza (2005b), o ponto fundamental nas cooperativas é encontrar o equilíbrio entre três diferentes níveis de interesse de seus associados: o econômico, o social e o político. No nível econômico, os interesses residem no crescimento mútuo do patrimônio do associado e da cooperativa; no nível social, os interesses estão ligados ao leque de prestação de serviços no qual os associados e familiares possam ser beneficiados, e finalmente, no nível político, os interesses estão ligados tanto às disputas internas pelo poder como também à competitividade da cooperativa e de seus associados frente à sociedade. Contudo, administrar esses diferentes níveis de interesses é uma tarefa difícil e complicada.

De acordo com Sette, Sette e Souza (2005b) o cooperado, enquanto dono e usuário da cooperativa tem a obrigação de manter-se ativo e participativo na sua cooperativa. O desafio é encontrar o ponto de equilíbrio entre os interesses da cada membro da sociedade e os objetivos coletivos simbolizados nas necessidades da cooperativa em permanecer ativa e dinâmica. A organização dos cooperados em torno da sua

cooperativa tem a função principal de buscar um canal de comunicação frequente destes com a sua administração propiciando o equilíbrio que a sociedade necessita.

Diante das pressões ambientais, seja pelo mercado, seja pela ação reguladora do Estado, o cooperativismo brasileiro foi desafiado a adaptar-se urgentemente, antes que perdesse sua importância efetiva como sistema econômico de produção e/ou de prestação de serviços. Para conseguirem sobreviver, as cooperativas tiveram que enfrentar o enorme desafio de agir como empresas privadas no mercado, além de terem que preservar suas relações com os cooperados, que são, ao mesmo tempo, donos, clientes e fornecedores (ANTONIALLI; SOUKI, 2005).

A educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra. No processo da educação, podem-se identificar práticas cooperativas e, no processo da cooperação, podem-se identificar práticas educativas. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir. Nesse processo de interlocução de saberes de cada associado, os dois fenômenos se relacionam, entrelaçam-se e se potencializam como práticas sociais específicas. Assim, no diálogo da cooperação, cumpre-se a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas. Há, portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos, entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem (FRANTZ, 2001).

3. MÉTODO

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa e exploratória. Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Por se tratar de estudo que visa o aperfeiçoamento de ideias e proposições iniciais, a pesquisa exploratória apresenta maior flexibilidade no planejamento e execução, o que permite abordar maior gama de aspectos (GIL, 2002).

Dentre os métodos possíveis optou-se pelo estudo de caso, pois trata-se do método mais apropriado ao problema de pesquisa.

Normalmente, estudos de caso são empregados estrategicamente quando as questões abordadas em uma determinada pesquisa são do tipo “como” e “por quê”, em estudos de temas contemporâneos, pouco controláveis pelo pesquisador, no contexto da vida real (YIN, 2005). Yin (2005) afirma ainda que os estudos de casos são adequados para compreensão de fenômenos sociais complexos, tais como alguns processos e estruturas administrativos de uma organização.

Além disso, Yin (2005) procura validar a metodologia do estudo de caso, afirmando que o poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências: documentos, artefatos, entrevistas e observações.

O estudo de caso seguiu um protocolo que conteve os procedimentos e regras gerais para a construção e aplicação dos instrumentos de coleta de dados. As informações necessárias para o entendimento da organização e do caso estudado foram obtidas junto a fontes secundárias de dados, como revistas, jornais, materiais promocionais,

documentos internos etc., além da elaboração de um roteiro de entrevista com a finalidade de guiar os pesquisadores junto aos dirigentes da organização estudada. Essas questões ajudaram na obtenção de respostas relacionadas ao problema de pesquisa e se orientaram em torno dos conceitos vistos na revisão bibliográfica.

4. ESTUDO DE CASO

4.1. Casa das Mangueiras

A “Organização Vida Nova/Escola Experimental Casa das Mangueiras” é uma organização não-governamental, fundada em 1973 por um grupo da Pastoral de Direitos Humanos da Igreja Católica, com intuito de atender adolescentes de doze a dezessete anos, autores de atos infracionais. Para o desenvolvimento do projeto foram estabelecidas parcerias com diversos segmentos sociais, tais como empresas, pessoas físicas, escolas e universidades, além da participação de instituições governamentais e não-governamentais que atuam na proteção e defesa das causas sociais.

Em seu início, a organização se focava apenas a causa do infrator. No entanto, tornou-se essencial o desenvolvimento de uma visão norteadora do trabalho, a qual pudesse ser compartilhada por todos dentro da organização. Entre os projetos da instituição destaca-se a Escola Experimental Casa das Mangueiras que, por sua própria história, vem atendendo adolescentes e adultos ameaçados ou violados em seus direitos. Aplica medidas sócio-educativas e de proteção, conforme o artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os projetos da Escola Experimental Casa das Mangueiras são voltados à reciclagem de materiais e ao movimento dos catadores.

4.2. Cooperativa dos Catadores

Segundo Silva (2004), a catação de lixo é tratada como uma estratégia de sobrevivência sustentada pelo modelo de desenvolvimento econômico que incentiva o desperdício de recursos, retificado no manejo do lixo urbano no país. A estrutura extra-oficial movida pelo trabalho da catação de lixo e explicitada nesse trabalho é responsável por um grau significativo de recuperação de materiais recicláveis. No entanto, o desconhecimento dessa realidade e os preconceitos existentes na relação da sociedade com o lixo, colocam os catadores numa situação de estigmatizados, esvaziando a importância do trabalho que realizam.

A Cooperativa dos Catadores foi criada no ano de 2002 por uma iniciativa da “Casa das Mangueiras”, cuja visão de trabalho sempre foi atuar com pessoas excluídas a uma situação periférica na sociedade, como é o caso dos menores infratores e dos catadores de lixo.

A “Casa das Mangueiras” trabalha com reciclagem há quatorze anos e há três anos percebeu que havia muitos catadores de lixo trabalhando isoladamente no bairro onde a organização está sediada. Surgiu então a ideia de reuni-los para efetuar uma venda conjunta do material coletado, por meio de uma cooperativa. Entretanto, no momento da criação havia divergências entre os catadores, pois alguns concordavam e outros discordavam com a ideia da criação de uma cooperativa. Desta maneira, naquele momento, não houve número mínimo de cooperados (vinte pessoas) para a constituição

legal de uma cooperativa. Criou-se uma associação que, após a filiação de novos membros passou legalmente ao status de cooperativa.

A cooperativa tem seu próprio estatuto e autonomia de trabalho e o vínculo com a “Casa das Mangueiras” ocorre por meio de uma parceria entre as duas instituições. Dentre os seus princípios éticos estão: não pedir esmolas e não aceitar nada de ninguém; não beber em serviço; respeito mútuo; ter união e não roubar. Estes princípios regem a conduta dos cooperados. Para entrar como membro da cooperativa é necessário mostrar comportamento ativo e comprometimento com o coletivo. É necessário ter consciência de que cada um é dono da cooperativa e que o ganho individual só ocorrerá se houver o ganho coletivo.

Há um grupo de catadores “agregados”, isto é, catadores que almejam entrar como membros da instituição. Antes da admissão eles são treinados por catadores experientes, são levados aos eventos (em que a entidade é contratada para fazer a coleta dos materiais) e supervisionados de perto pelos membros da efetivos. Devem seguir o código de ética da organização e conforme vão incorporando comportamentos desejados e os valores do catador podem ser admitidos como membros. Este processo de socialização é necessário, pois o trabalho na coleta de materiais reciclados é degradante, exige muita determinação e força de vontade por parte do catador. Muitas pessoas, aspirantes a membros, acabam desistindo devido à natureza do trabalho, portanto, é necessária a socialização e o treinamento no local de trabalho, devendo ser admitidos apenas aqueles que conseguem interiorizar os princípios (missão e visão) da cooperativa e que realmente têm potencial para contribuir para o seu desenvolvimento.

O processo de admissão é bastante rigoroso. De forma geral, os membros são comprometidos com a causa da instituição, mas apenas metade deles tem realmente consciência da força do trabalho cooperado, da diferença entre trabalhar em cooperativa e trabalhar individualmente. Grande parte destes membros descobre a vantagem de trabalhar em associação apenas pelo montante de dinheiro que conseguem ganhar, falta o espírito coletivo.

O treinamento dado aos novos catadores para a realização do trabalho é feito, na prática, pelos catadores mais antigos. O treinamento sobre os aspectos do cooperativismo é dado pela “Casa das Mangueiras”, no entanto, pela natureza dos associados, o treinamento costuma ser simplificado a uma linguagem acessível, numa perspectiva pouco teórica, para que eles realmente entendam e sejam capazes de aplicar os conceitos na prática.

A cooperativa possui uma presidente, uma vice-presidente, um tesoureiro, um responsável pela venda dos materiais e uma responsável por questões burocráticas, todas estas pessoas são membros ativos e trabalham catando material. Nas questões gerenciais a presidente é auxiliada pela equipe diretiva da “Casa das Mangueiras”.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas é fazer com que os membros realmente se engajem e participem das reuniões. Tudo é feito com muita clareza e discutido entre todos os membros, haja vista que todos são donos e devem participar das decisões e compartilhar as responsabilidades.

Por meio da parceria com a “Casa das Mangueiras”, além de catar os materiais em lixões, os catadores também catam em eventos ocorridos na cidade. Uma parte do dinheiro da venda destes materiais é destinada ao sustento da iniciativa. No entanto, este montante ainda não é suficiente para contratar serviços de contabilidade, que são subsidiados pela Casa das Mangueiras.

4.3. Cooperativa dos Catadores e Casa das Mangueiras

A Cooperativa dos Catadores foi uma iniciativa do corpo diretivo da “Casa das Mangueiras” e da sua presidente, uma senhora, também catadora, que iniciou o trabalho aos sete anos de idade recolhendo ossos nos lixões de Ribeirão Preto, que conheceu a diretoria da Casa por meio do projeto de reciclagem.

A “Casa das Mangueiras” trabalha com a oficina de reciclagem há quatorze anos e, atualmente, esta é praticamente auto-sustentada. A cooperativa e a Casa são instituições independentes, mas são ligadas por uma parceria. A primeira presta serviço para a “Casa das Mangueiras”; seis catadores cooperados trabalham na oficina de reciclagem da Casa durante quatro horas por dia (de forma que tenham tempo de continuar com a atividade de catar). O dinheiro que remuneraria o trabalho destes catadores é entregue à cooperativa e os cooperados fazem a distribuição da verba como julgarem mais adequado.

A parceria funciona da seguinte maneira: o material coletado pelos catadores é levado para a Casa, que vende, junto com o seu material e de outros catadores independentes, e repassa o dinheiro da venda para a cooperativa. A Casa faz a venda do material sem colocar margem de lucro neste trabalho, isto é, paga à cooperativa exatamente o valor conseguido com a venda do material, não cobra nada por ter feito a venda.

Atualmente a atividade de venda do material está passando para responsabilidade da própria cooperativa, todo o material coletado pelos membros está passando a ser vendido por um membro responsável da própria instituição.

Além disso, a Casa é uma instituição antiga, muito respeitada e reconhecida por sua seriedade. Os grandes eventos que ocorrem na cidade convidam a Casa para fazer a coleta de material e limpeza do recinto. A “Casa das Mangueiras” passa estes trabalhos para a cooperativa. Os catadores vão uniformizados e são orientados a sempre respeitar os princípios éticos da cooperativa. Tudo o que é recolhido é vendido e dividido por quotas, por exemplo, se o catador trabalhar três períodos, terá direito a três quotas.

A “Casa das Mangueiras” também subsidia a cooperativa oferecendo os serviços de um contador, o mesmo que presta serviços para a Casa, pois esta ainda não tem condições de pagar por este tipo de serviço.

No início do programa a gestão era feita pela direção da “Casa das Mangueiras”, pois os associados são pessoas muito simples, vivendo em um ambiente marginal, não tinham capacidade de gerenciar uma organização e não possuíam arraigados os princípios do cooperativismo. Era necessária a forte atuação da “Casa das Mangueiras” ajudando-os a se organizarem, a realizarem as reuniões, a gerarem discussões e tomarem decisões coletivas. Quando a equipe da “Casa das Mangueiras” sentiu que os membros já tinham certa estruturação e conseguiriam organizar-se sem a intervenção da Casa, resolveu retirar-se e deixá-los realizarem suas reuniões sozinhos. Entretanto, a equipe observou que a cooperativa entrou em uma estagnação, pois os membros possuem muita dificuldade em realizar articulações, então resolveu voltar a realizar algumas reuniões com os membros, mas em menor frequência do que outrora e passou a tratar diariamente com a presidente da cooperativa, auxiliando-a no que se faça necessário.

A “Casa das Mangueiras”, além do apoio gerencial, procura exaltar a imagem do catador na sociedade. Iniciou o “movimento nacional dos catadores”, em Ribeirão Preto e região em parceria com uma emissora de televisão, com intuito de divulgar o trabalho

do catador na região, que é pesado e exige muita força de vontade, e regulamentar a profissão, pois muitas pessoas nas cidades nunca notaram a presença destes trabalhadores.

Ressalta-se também que, devido à parceria, a cooperativa está começando a criar relação com empresas da região e surgem oportunidades de crescimento no curto prazo com a construção de um novo barracão que será compartilhado pelas duas instituições.

4.4. Análise do Caso

A Cooperativa dos Catadores surge como um movimento popular com finalidade de geração de renda e re-inclusão social de indivíduos marginalizados e que, devido à dinâmica dos mercados, haviam sido excluídos e haviam perdido seus direitos sociais e sua cidadania.

A iniciativa foi baseada em princípios de solidariedade e intenção de recuperar a dignidade dos catadores, exaltando seu papel na sociedade.

O cooperativismo é permeado por princípios como a autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral. Na cooperativa dos Catadores, apesar da dificuldade de alguns membros em perceberem a relevância do trabalho associado e de haver apoio gerencial da equipe da “Casa das Mangueiras”, percebe-se a existência destes princípios. Além disso, a participação ativa do cooperado como decisor e a responsabilidade pela organização podem ser observadas na empresa social.

As associações sociais são um instrumento de reforma social em que o membro acaba se tornando capaz de educar os novos membros e se auto-educar, o que pode ser observado no caso estudado, à medida que os novos membros são socializados e treinados pelos catadores mais antigos que já possuem os valores da organização interiorizados e entendem bem de suas funções.

A atividade degradante de catar passa a ser uma forma de re-inclusão social, pois gera renda e re-inclui os catadores no mercado, à medida que eles tornam-se capazes de consumir os mais diversos bens, desde alimentos até viagens ou material para construção civil.

Apesar de não visar o lucro, a cooperativa busca atender os objetivos econômicos e sociais dos membros e acaba se tornando uma maneira de fortalecer os catadores frente à concorrência, pois mesmo na atividade de coleta de materiais pode-se observar a existência de competição, entre catadores ou com empresas de coleta. A cooperação acaba por fortalecer seu grupo de catadores.

A cooperativa é relativamente recente, entretanto, vem cumprindo os propósitos de re-inclusão social, geração de renda, educação dos membros, participação ativa e democrática, responsabilidade pelos rumos da organização, independência e autonomia, aumento da qualidade de vida e retorno à cidadania. Enfim, enquadra-se nos princípios do cooperativismo e tem sido realmente uma ferramenta de reforma social em âmbito local na sociedade de Ribeirão Preto.

5. CONCLUSÃO

O Estado, na última década, tem percebido que se não houver uma mudança na sua forma de atuação enfrentará problemas, como a degeneração do sistema social, ou seja, o esfacelamento social. Paralelamente a essa questão, o Estado tem que trabalhar com a sua própria redução e o pouco recurso disponível para conduzir os projetos sociais existentes. É necessária a visão do Estado como um orquestrador de diferentes arranjos econômicos e sociais, pois este não é capaz de ter políticas nacionais de ampliação de renda e emprego. Dessa maneira, o Estado conta com o aparecimento de parceiros que auxiliem a ultrapassagem desse dilema de recursos escassos para promover a ampliação de renda em relação aos indivíduos que operam no trabalho informal.

É preciso que haja o reconhecimento do trabalho desempenhado pelos órgãos públicos e também pela sociedade, pois ações como a identificada nesse trabalho são responsáveis pelo surgimento de novos e inovadores arranjos sociais. E, tais arranjos tratam, por sua vez, a questão do desenvolvimento local, ampliação do emprego e renda, eficiência e eficácia, qualidade de vida e cidadania.

A cooperativa é, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas (projeto social) e uma empresa econômica (projeto econômico), apresentando dupla natureza e sendo considerada uma das formas mais avançadas de organização social. O projeto social deve estimular a ação solidária e a ajuda mútua reunindo pessoas que têm objetivos, interesses, problemas e necessidades comuns. O seu lado empresa exige, cada vez mais, organização e qualidade, buscando a modernização constante para manter a competitividade, a produtividade, a excelência e resultados.

O modelo de desenvolvimento econômico, com suas características excludentes e perdulárias de recursos, ao mesmo tempo em que exige mais criatividade na elaboração das estratégias de sobrevivência, coloca-as no patamar da miserabilidade por serem elas somente tentativas de driblar a fome e a ausência da estrutura necessária à vida. Conclui-se que o trabalho de catação de lixo é importante na gestão do lixo urbano na cidade. No campo social tem seu valor enquanto gerador de renda e na área ambiental pela redução do desperdício. Por isso mesmo, a situação dos catadores de lixo, enquanto símbolos da degradação humana, deve ser revista e, mais do que isso, ela deve ser redimensionada.

Há ainda muito que se fazer em relação à integração e ação dos atores sociais envolvidos nesse tipo de trabalho. A Cooperativa de Catadores de Material Reciclável estudada nesse artigo revela a necessidade de organização dessa classe de trabalhadores, gerando um espaço para o desenvolvimento do trabalho e, ao mesmo tempo, uma forma desses trabalhadores recobrem sua cidadania e beneficiarem a coletividade. Neste caso específico a instituição tornou-se uma ferramenta para geração de renda e articulação social. Os catadores, além de se re-integrarem ao mercado, estão tendo seu papel reconhecido pela sociedade, recuperando o respeito dos outros e o respeito de si próprios. A atividade remete os indivíduos a um processo de inserção social, valorização e auto-estima. Os trabalhadores envolvidos, por meio da associação e da auto-gestão, passam a perceber a importância social e ecológica da tarefa que desempenham.

Dentro dos novos paradigmas que incluem as mudanças nas relações de trabalho, necessidade de articulação entre diversas instituições para promoção de desenvolvimento em âmbito local e a iminência de questões ambientais, a Cooperativa dos Catadores se mostra como exemplo da nova ordem social. Por meio de um trabalho

rechaçado por grande parte da sociedade, a cooperação consegue inserir no mundo do trabalho pessoas marginalizadas e, adicionalmente, consegue fazê-las se organizarem, se articularem e desenvolverem o espírito coletivo de ajuda mútua e de união. A atividade degradante de catar passou a ser uma forma de re-inclusão social, pois gera renda e re-inclui os catadores no mercado, à medida que estes se tornam capazes de consumir os mais diversos bens. Apesar de não visar o lucro, a cooperativa busca atender os objetivos econômicos e sociais dos membros e acaba se tornando uma maneira de fortalecer os catadores frente à concorrência, pois mesmo na atividade de coleta de materiais pode-se observar a existência de competição, entre catadores ou com empresas de coleta. A cooperativa fortalece seu grupo de catadores.

Apesar de ser uma instituição relativamente nova tem mostrado que é possível romper com alguns valores do mercado e criar instituições auto-sustentadas capazes de re-inserir os marginalizados na sociedade, resgatar a dignidade e aumentar a qualidade de vida, atuando independentemente do Estado e em pequenas iniciativas em âmbito local. A cooperativa, de forma geral, vem cumprindo os propósitos de re-inclusão social, geração de renda, educação dos membros, participação ativa e democrática, responsabilidade pelos rumos da organização, independência e autonomia, aumento da qualidade de vida, elevação da autoestima, atribuição de significado ao trabalho e retorno à cidadania. Enfim, enquadra-se nos princípios do cooperativismo e tem sido realmente uma ferramenta de reforma social em âmbito local na sociedade de Ribeirão Preto.

REFERÊNCIAS

- ANTONIALLI, L. M.; SOUKI, G. Q. Princípios cooperativistas e modelo de gestão: um estudo sobre conflitos de interesses entre grupos de produtores rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.
- BRASIL. Lei 9.867 de 10 de novembro de 1999. Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Ministério da Educação. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126862/lei-9867-99>. Acesso em: 14 dez. 2011.
- COUTINHO, M. C. et al. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia e Sociedade*, v. 17, 1, p.17 – 28, 2005.
- FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. *Sociologias*, v. 3, 6, p.242–264, 2001.
- GARY, M.; HEALY, K. CROFTS, P. Social enterprise: is it business of social work? *Australian Social Work*, v. 56, 2, p. 141– 54, 2003.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175 p.
- GONÇALVES, J. E. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.

GONÇALVES, C. A. P. Economia solidária como implementação do direito humano ao desenvolvimento. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Economia Solidária USP, 2006.

HENDGES, M. El cooperativismo como inclusión social. GEZKI, v. 5, p. 69-88, 2009.

HIMELFARB, I.; SCHNEIDER, J. O. Cooperativa Social e a produção de liberdade dos egressos do sistema prisional. Revista de Ciências Sociais Unisinos, v. 45, n. 2, p. 171-180, ago 2009.

IRION, J.E.O. Cooperativismo e economia social: a prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem. São Paulo : Ed STS Publicações e Serviços, 1997, 235 p.

MARTINS, R. DE C. A. Cooperativas Sociais no Brasil: debates e práticas na tessitura de um campo em construção. 2009. 193 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OCB-RJ - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Princípios do cooperativismo. Rio de Janeiro: OCB-RJ/ 2011. Disponível em: <<http://www.ocbrj.coop.br/conteudos/conteudo.asp?id=43>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>> . Acesso em: 14 dez. 2011.

SETTE, A. T. M.; SETTE, R. S.; SOUZA, M. Visões de associados de dirigentes na valorização da informação: o caso de uma cooperativa cafeeira. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.

_____. A visão cooperativa sob a ótica dos cooperados. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: SENAES/MTE, 2007. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

SILVA, L. R. S. Os catadores de lixo e a invenção da sobrevivência: um estudo da criatividade cultural. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2004.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária: Avanços, Desafios e Perspectivas. Diálogo, v. 18, p. 53-76, 2011.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004.

YIN, K. R. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005, 212 p.